



DOSSIÊ



SEMIÓTICA DISCURSIVA E MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: APLICAÇÕES DA TEORIA EM DIFERENTES TIPOS DE TEXTO

EDNA CLARA JANUÁRIO DE ARAÚJO*

Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em: 18 abr. 2021. Aprovado em: 27 maio 2021.

Como citar este artigo: ARAÚJO, E. C. J. de. Semiótica discursiva e migrações contemporâneas: aplicações da teoria em diferentes tipos de texto. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, v. 21, n. 2, p. 26-44, maio/ago. 2021. doi: 10.5935/cadernosletras.v21n2p26-44

Resumo

Este artigo pretende apresentar, de maneira breve e acessível, uma introdução à teoria semiótica e suas aplicações a partir da análise de textos relacionados à temática das migrações contemporâneas, considerando a relevância desse fenômeno, que tem ganhado cada vez mais espaço no campo discursivo. No âmbito geral, observa-se a produtividade da teoria semiótica para a leitura e interpretação de diferentes textos.

* E-mail: eclarajanuario@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0001-5820-5015>

Palavras-chave

Semiótica discursiva. Ensino. Migrações contemporâneas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem a finalidade de apresentar, de maneira breve e acessível, uma introdução à semiótica greimasiana, com vistas aos estudantes de graduação que venham a ter um primeiro contato com essa teoria. Ao longo do trabalho, nos propomos a analisar diferentes textos a fim de ilustrar as aplicações da semiótica discursiva. Os textos selecionados seguem uma temática específica, que será abordada ao longo do artigo: as migrações contemporâneas. Essa escolha justifica-se pelo fato de que, nos últimos anos, temos testemunhado um aumento exponencial no fluxo migratório, com os maiores níveis de deslocamento já registrados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).¹

Devido aos seus níveis sem precedência e às novas representações que vêm sendo criadas acerca dos migrantes e refugiados, é necessário compreender esse fenômeno, que tem ganhado cada vez mais espaço no campo discursivo. Assim, buscaremos, a partir dos textos selecionados, explicitar os mecanismos internos de estruturação e de interpretação de textos, pois, na esteira de Fiorin (2018, p. 10), acreditamos que “explicitá-los contribui para que um maior número de pessoas possa, de maneira mais rápida e eficaz, transformar-se em bons leitores”.

Em linhas gerais, a semiótica discursiva, também denominada semiótica francesa ou greimasiana (em homenagem a seu fundador Algirdas Julien Greimas), é uma teoria da significação inserida no quadro das teorias que se preocupam com o texto/com o discurso. Conforme Greimas e Courtés (2018), a semiótica busca explicitar as condições da apreensão e da produção de sentido do texto, ou, nas palavras de Barros (2005, p. 11, grifo do original), “*o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz*”.

As primeiras reflexões acerca da semiótica francesa surgiram no final dos anos 1960, a partir da publicação, em 1966, do livro *Semântica estrutural*, de

¹ Disponível em: https://www.unhcr.org/globaltrends2019/#_ga=2.122483147.1574582187.1593550622-2147098473.1584824246. Acesso em: 18 fev. 2021.

A. J. Greimas, que ofereceu as bases para o desenvolvimento de uma teoria que assume o texto prioritariamente como um objeto de significação. Para a semiótica greimasiana, a noção de texto não se restringe apenas à linguagem verbal, uma vez que a semiótica se ocupa tanto de textos escritos e orais quanto de textos visuais, gestuais e sonoros, ou ainda de textos sincréticos (aqueles que possuem mais de uma linguagem, como os quadrinhos).

Na esteira de Louis Hjelmslev (1968), Greimas reconhece a distinção entre os planos de conteúdo e a expressão da linguagem (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 95). Se compararmos esses planos à dicotomia saussuriana significante/significado, o conteúdo corresponderia ao significado, e a expressão, ao significante (não somente no sentido de “imagem acústica”, mas em sua totalidade, conforme as diferentes formas de linguagem). Porém, enquanto o estudo do signo de Saussure (1969) concebe a união indissociável entre tais categorias, Hjelmslev (1968) propõe uma separação entre os planos de expressão e de conteúdo. A semiótica greimasiana interessa-se, em primeiro lugar, pelo exame do plano de conteúdo, uma vez que não toma a linguagem como sistema de signos e, sim, como sistema de significações. Com efeito, como aponta Bertrand (2003, p. 11, grifo do autor), “o objeto da semiótica é o *sentido*”.

Para o estudo do plano de conteúdo dos textos, a semiótica estabelece como dispositivo teórico-metodológico o *percurso gerativo de sentido*, que vai do mais simples e abstrato ao mais completo e concreto, propondo três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Trata-se, conforme Fiorin (2016, p. 30), de um “simulacro metodológico do ato real de produção significante”. Cada etapa do percurso possui uma gramática própria, composta por uma sintaxe, que diz respeito ao conjunto de mecanismos que ordena os conteúdos, e uma semântica, que compreende os conteúdos investidos nos arranjos sintáticos, como veremos mais adiante.

Tendo em vista que o texto é constituído pela junção dos planos de conteúdo e de expressão, a semiótica “busca, num segundo momento, analisar também o plano de expressão daqueles textos em que esse plano não se limita a veicular o conteúdo, criando novas relações – de som, de cor, de forma – com ele” (LARA, 2012, p. 10). É o que ocorre em textos que possuem uma função estética, como poemas, filmes, danças e pinturas. De todo modo, considerando as dimensões deste artigo e a escolha dos textos que nos propomos a analisar, focaremos nosso estudo no plano de conteúdo.

REPRESENTAÇÕES SOCIODISCURSIVAS DE MIGRANTES E REFUGIADOS

Os sujeitos deslocados têm sido cada vez mais representados nos textos que nos cercam, e a semiótica discursiva oferece um dispositivo teórico-metodológico que nos permite analisá-los: o percurso gerativo de sentido. O nível fundamental constitui a instância mais profunda desse percurso. É a partir de sua sintaxe e sua semântica que as estruturas elementares do discurso são determinadas (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 400). Para ilustrar o funcionamento desse nível, buscaremos analisar o texto que segue, de autoria do cartunista iraniano Alireza Pakdel (2016):



Figura 1 – *Immigrants*, Alireza Pakdel (2016).

Fonte: World Press Cartoon (2017).

Nesse *cartoon*, retrata-se um barco naufragando no oceano, com inúmeras pessoas que se afogam enquanto são observadas em uma espécie de aquário.

A ilustração refere-se ao grande número de migrantes que arriscam suas vidas na travessia do Mar Mediterrâneo em embarcações precárias. Trata-se, do ponto de vista discursivo, de uma crítica à indiferença da sociedade em relação a essa questão (vemos, por exemplo, que as pessoas do lado de fora do aquário apenas observam a cena, como se fosse algo natural, normal). É possível imaginarmos também que o *cartoon* critica a grande midiaticização de cenas como a que é retratada, o que levaria a uma “banalização” de imagens pela saturação. No entanto, toda essa leitura, que parte dos níveis mais próximos da manifestação textual, é sustentada pela semântica do nível fundamental, a qual abriga as *categorias semânticas*, que estão na base de construção do texto. Essas categorias fundamentam-se em uma oposição tal que /a/ *versus* /b/, o que quer dizer que a significação surge no texto como uma oposição semântica mínima (BARROS, 2005, p. 13).

Nesse caso, o *cartoon* intitulado *Immigrants* é construído sobre a oposição /vida/ (dos que olham e apontam do lado de fora do aquário) *versus* /morte/ (daqueles que, do lado de dentro do aquário, tombam do barco em naufrágio e são “tragados” pela água). No nível mais profundo do texto, são essas as categorias que o sustentam, permitindo que ele seja “narrativizado” e chegue à manifestação de temas como a banalização da tragédia (morte) alheia. Isso significa que “a categoria semântica do nível fundamental deve dar sentido ao conjunto de elementos do nível superficial” (FIORIN, 2018, p. 27). Porém, para que os dois termos da categoria semântica sejam apreendidos conjuntamente, é necessário que eles possuam um traço em comum que justifique sua oposição.

Sobre as categorias semânticas são projetados traços eufóricos (positivos) ou disfóricos (negativos), de acordo com os valores mobilizados em cada texto. No *cartoon* em questão, a /morte/ seria disfórica, e a /vida/, eufórica. Isso não significa, no entanto, que essas categorias recebem os mesmos valores axiológicos em todos os textos.

Entre as categorias semânticas são estabelecidas relações básicas, cuja articulação é representada na sintaxe do nível fundamental pelo *quadro semiótico*, que, segundo Greimas e Courtés (2018, p. 400), consiste na “representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer”. Assim, na sintaxe fundamental, essas categorias tornam-se operatórias e adquirem um “estatuto lógico-semântico”, cuja formulação é ilustrada no esquema a seguir, a partir da citada oposição vida *versus* morte:

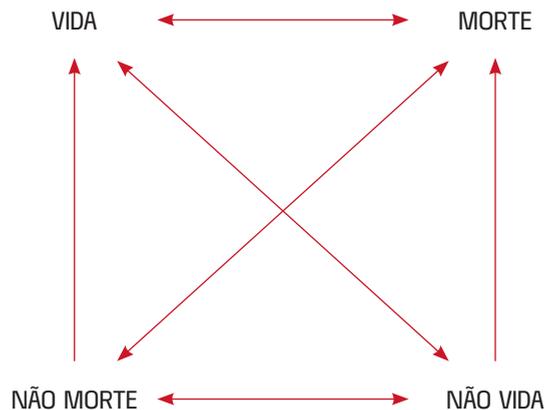


Figura 2 – Quadrado semiótico.

Fonte: Adaptada de Lara (2012, p. 15).

Na sintaxe do nível fundamental, são estabelecidas duas operações: a asserção e a negação. A negação de dois termos opostos, como /vida/ e /morte/, resulta nos termos /não vida/ e /não morte/. Os textos, então, organizam o movimento dos termos /a/ e /b/ de diferentes maneiras. No *cartoon* analisado, em que é retratado o afogamento de imigrantes, teríamos o percurso *vida* → *não vida* → *morte*. Porém, em uma narrativa que aborde a temática da ressurreição, como ocorre no discurso cristão, teríamos um percurso inverso: *morte* → *não morte* → *vida*.

Podemos observar, portanto, que o quadrado semiótico é composto por duas oposições básicas: /a/ versus /b/ e /não a/ versus /não b/. Assim, no quadrado semiótico apresentado, /vida/ e /morte/ são termos contrários entre si e mantêm uma relação de pressuposição recíproca: a /vida/ pressupõe a /morte/, e vice-versa (FIORIN, 2018, p. 22). Os termos /não vida/ e /não morte/, por serem também contrários entre si, são denominados subcontrários. Eles estabelecem com os termos /vida/ e /morte/, respectivamente, uma relação de contradição. Já os termos /vida/ e /não morte/ e /morte/ e /não vida/ são complementares, uma vez que se implicam. Quando os termos contrários se articulam (/vida/ + /morte/), é formado o termo complexo. Já a junção dos subcontrários (/não vida/ + /não morte/) resultaria em um termo neutro.

Na sequência do percurso gerativo, as estruturas fundamentais se convertem em estruturas narrativas. Nessa etapa, os valores abstratos e virtuais tornam-se valores inscritos em objetos com os quais os sujeitos se relacionam,

como veremos a seguir. A gramática narrativa constitui a etapa superior às estruturas fundamentais no percurso gerativo de sentido, isto é, o nível intermediário. Na teoria semiótica, a narratividade é compreendida como “uma transformação situada entre dois estados sucessivos e diferentes. Isso significa que ocorre uma narrativa mínima, quando se tem um estado inicial, uma transformação e um estado final” (FIORIN, 2018, p. 27-28). Portanto, esse nível não se restringe aos textos de tipo narrativo. No projeto semiótico de Greimas, a narratividade, de forma geral, é concebida como “o princípio organizador de qualquer discurso” (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 330).

O componente sintático da gramática narrativa parte de um primeiro *enunciado elementar*, que consiste na relação de junção entre um *sujeito* e um *objeto*. Conforme Greimas e Courtés (2018, p. 347), tal objeto define-se como um “lugar de investimento dos valores (ou das determinações) com as quais o sujeito está em conjunção ou em disjunção”, o que faz dele um *objeto de valor*. Cabe lembrar que “não se pode confundir sujeito com pessoa e objeto com coisa. Sujeito e objeto são papéis narrativos que podem ser representados num nível mais superficial por coisas, pessoas ou animais” (FIORIN, 2018, p. 29). Partindo, pois, de um enunciado elementar, há, no decorrer do texto, usualmente, a passagem de um estado a outro.

A narrativa é estruturada a partir de uma hierarquia de unidades sintáticas. No primeiro plano, encontra-se o *programa narrativo* (PN), unidade operatória elementar da sintaxe narrativa, constituída de “um enunciado de fazer que rege um enunciado de estado” (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 388). Os PNs são articulados em três *percursos narrativos*: os percursos de manipulação, de ação e de sanção. Conforme Greimas e Courtés (2018, p. 334), “um percurso narrativo é uma sequência hipotáxica de programas narrativos (abreviados em PN), simples ou complexos, isto é, um encadeamento lógico em que cada PN é pressuposto por outro PN”. Isso nos leva, então, ao chamado *esquema narrativo canônico*, que compreende os três percursos citados. A semiótica discursiva articula seus PNs de acordo com tal esquema, desenvolvido empiricamente a partir dos trabalhos do estruturalista russo Vladimir Propp.

Em sua obra *Morfologia do conto maravilhoso*, publicada primeiramente em 1928, Propp determinou, a partir da análise de contos maravilhosos russos, 31 funções narrativas, além de estabelecer três provas denominadas qualificante, decisiva e glorificante, que foram apresentadas como a regularidade do eixo sintagmático narrativo. Foram essencialmente essas provas que inspiraram a formulação do esquema canônico, o qual estabelece quatro programas narrativos

que ambicionam esquematizar a estrutura narrativa de forma universal: os PNs de manipulação, competência, *performance* e sanção. Para que possamos ilustrar o funcionamento dos programas narrativos, utilizaremos a [micro]narrativa de vida de Francisco, que compõe o projeto *Estórias Migrantes*:²

Francisco, 32 anos, vivia na Venezuela com seus quatro filhos. Possuía um grande comércio de peixe e um pequeno sítio onde cultivava frutas para vender. Para ele, a vida era boa e o negócio, rentável. Porém, com a progressiva generalização da crise, as pessoas já não tinham mais dinheiro para comprar os seus produtos. A vida foi se tornando cada vez mais áspera, obrigando-o a tomar uma decisão: vender o pouco que havia lhe restado e vir para o Brasil. Segundo Francisco, foi duríssima a decisão de deixar tudo o que conhecia para trás, e embarcar em uma jornada de incertezas rumo ao desconhecido. Sua viagem até Boa Vista teve momentos complicados. Entre Pacaraima e Boa Vista, Francisco e sua família enfrentaram uma caminhada de 100 km durante sete dias. Francisco [...] sonha um dia voltar a ver sua terra, voltar a cultivá-la e dar continuidade ao negócio que teve que deixar no passado.

O primeiro PN é o de *manipulação*: nele, um sujeito transmite a outro um querer e/ou um dever-fazer. Lembramos que sujeito, nesse contexto, não significa pessoa, mas um papel narrativo (ou *actancial*). No relato em questão, é “a progressiva generalização da crise” que cumpre o papel de *destinador-manipulador* ao levar o *destinatário-sujeito* (Francisco) a *dever* sair da Venezuela (“obrigando-o a tomar uma decisão...”). É importante mencionar que, para a semiótica, a manipulação implica um *fazer-fazer*, não possuindo a mesma conotação negativa que assume em outras abordagens/outros discursos. Há quatro tipos principais de manipulação: a sedução, a provocação, a tentação e a intimidação. Exemplificaremos esses modelos a partir de determinadas sentenças que poderíamos proferir para levar alguém a aceitar um emprego em outro país:

1. Sedução: “Você é uma pessoa muito inteligente e qualificada, fará um ótimo trabalho lá fora”.
2. Provocação: “Esta é uma grande oportunidade, mas sei que você não tem coragem o suficiente para ir”.

2 O projeto *Estórias Migrantes* compartilha uma série de narrativas de vida de indivíduos que foram levados a deixar a Venezuela em razão da crise enfrentada pelo país e que hoje buscam abrigo no Brasil. Disponível em: <https://www.estoriasmigrantes.org/francisco>. Acesso em: 14 maio 2020.

3. Tentação: “Se você aceitar o emprego, você receberá um salário muito maior”.
4. Intimidação: “Se você não for, você perderá seu posto atual, ficará sem emprego”.

O relato em análise sugere que o destinatário-sujeito foi manipulado por *intimidação*, tendo em vista que, devido à crise, “as pessoas já não tinham mais dinheiro para comprar os seus produtos”, e sua vida “foi se tornando cada vez mais áspera, obrigando-o a tomar uma decisão”. Em outras palavras: se Francisco não deixasse seu país, ele não teria mais condições financeiras para sobreviver. Seguindo o esquema canônico, se o sujeito aceita a manipulação, passamos para o PN de *competência*. Nele, o sujeito, já tendo adquirido um dever e/ou um querer-fazer, adquire também um saber e um poder-fazer. Em nosso texto-exemplo, o sujeito vende “o pouco que lhe havia restado” para que possa se mudar, adquirindo, assim, um *poder-fazer*. Ele é dotado, além disso, de um *saber-fazer* (por exemplo, ele sabe como chegar ao Brasil). O terceiro PN diz respeito à *performance*: o *sujeito de fazer* realiza uma ação que altera o estado de junção do *sujeito de estado* com o objeto de valor, o que compreende a principal transformação narrativa.

No texto em questão, quando o *sujeito de fazer* vai para o Brasil, o *sujeito de estado*, que antes estava em conjunção com o objeto de valor *país de origem* (Venezuela), entra em disjunção com esse objeto (e em conjunção com o novo objeto de valor: Brasil). Nesse caso, *sujeito de fazer* e *sujeito de estado*, que são papéis actanciais distintos, são sincretizados em um mesmo ator do nível discursivo (Francisco).³ O último PN do esquema narrativo canônico diz respeito à *sanção*. Nessa fase, a realização da *performance* é reconhecida pelo *destinador-julgador*, que poderá premiar ou punir o sujeito de fazer. Quando ocorre apenas a constatação de que a *performance* foi realizada, trata-se de uma *sanção cognitiva*. Porém, se o destinador-julgador dá um prêmio ou aplica uma punição ao sujeito de fazer, teremos também uma *sanção pragmática*.

Diante dessa breve análise, é importante ressaltar que nem todas as narrativas se realizam completamente. Se o sujeito não aceita a manipulação, a

3 *Sujeito de fazer* é o que realiza a ação; *sujeito de estado*, o que sofre a ação. Esses papéis actanciais do nível narrativo podem ser preenchidos por um mesmo ator no nível discursivo (como é o caso de Francisco), mas podem ser manifestados também por atores distintos, como no exemplo: João matou Pedro.

história não poderá ter continuidade; ou se ele a aceita, mas não possui competência para realizar a *performance*, a história se encerrará nessa fase. Ademais, nem todos os PNs serão necessariamente explicitados em uma narrativa, mas poderão ser recuperados por pressuposição. Dito isso, passemos, então, ao componente semântico do nível narrativo.

Tendo em vista que as relações entre o sujeito e os valores (inscritos nos objetos) se dão a partir de determinações modais, a semântica narrativa se volta, então, para as modalizações do *fazer* e do *ser*. Nesse sentido, a semiótica estabelece essencialmente quatro modalidades: o querer, o dever, o poder e o saber (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 315). A modalização do fazer é responsável pela competência modal do sujeito de fazer: as quatro modalidades mencionadas se combinam com o *fazer*, gerando as modalidades *virtualizantes* (querer-fazer e dever-fazer) e as *atualizantes* (saber-fazer e poder-fazer), que, como vimos, se inscrevem nos PNs de manipulação e de competência.

No que tange à modalização do ser, Fontanille (2019, p. 184) afirma que, “do ponto de vista da história da semiótica do discurso, a teoria das modalidades foi o primeiro passo na direção de uma semiótica das paixões”. A relação do sujeito de estado com os valores, determinada pelas modalidades do querer, dever, saber e poder (*ser*), resulta na alteração de sua existência modal. Desse modo, as compatibilidades e incompatibilidades entre essas modalidades geram “estados de alma” no sujeito – o que nos leva à semiótica das paixões (GREIMAS; FONTANILLE, 1993). No escopo da semiótica, as paixões são compreendidas como “efeitos de sentidos de qualificações modais que alteram o sujeito de estado, o que significa que [uma paixão] é vista como uma modalidade do ser ou um arranjo delas, sejam elas compatíveis ou incompatíveis” (GREIMAS, 2014, p. 225-246).

As paixões organizam-se, então, sob a forma de arranjos sintagmáticos de modalidades, podendo ser simples ou complexas. As paixões simples são resultado de um único arranjo modal, como o medo (*não-querer-ser*), enquanto as paixões complexas desenvolvem um percurso passional como efeito da combinação de diferentes modalidades, como ocorre com a frustração, que resulta de um objeto desejável (modalizado pelo *querer-ser*) ser tomado como inacessível (modalizado pelo *não-poder-ser*) para o sujeito.

Cabe ainda destacar que, para a teoria semiótica, paixão e emoção não se confundem. Segundo Fontanille e Zilberberg (2001, p. 299), a paixão é uma configuração discursiva; trata-se de “um acontecimento em sentido estrito, isto

é, uma transformação apreendida e reconhecida por um observador”, enquanto a emoção exige apenas um corpo que sente. De maneira simplista, poderíamos dizer que a paixão tem nome, como *tristeza* ou *alegria*, enquanto a emoção seria uma perturbação corporal (um tremor, um rubor), que só passa a ser dizível quando se associa a uma paixão.

Ainda no âmbito da modalização pelo ser (componente semântico), há que se considerar as modalidades veridictórias, que determinam a relação do sujeito com o objeto, conforme a articulação entre o *ser* e o *parecer*. Teremos, assim, a *verdade* (ser + parecer), a *falsidade* (não ser + não parecer), o *segredo* (ser + não parecer) e a *mentira* ou *ilusão* (parecer + não ser).

Encerrada a apresentação do componente semântico, concluímos o estudo do nível narrativo. Se nesse nível temos formas abstratas, como sujeitos que entram em conjunção ou em disjunção com objetos de valor, no nível discursivo, essas formas “são *revestidas* de termos que lhes dão concretude” (FIORIN, 2018, p. 41, grifo do original), como veremos a seguir. Passemos, pois, ao patamar discursivo, o nível mais complexo e concreto do percurso gerativo de sentido e o que mais se aproxima da manifestação textual.

No âmbito da sintaxe discursiva, entram em jogo os procedimentos que se voltam para a instância da enunciação no momento em que é produzido o discurso (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 473). Para Benveniste (1989, p. 82), a enunciação consiste em “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. No quadro geral da teoria semiótica, a enunciação é concebida como “uma instância de mediação que produz o discurso” (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 167), o que significa que, quando as estruturas narrativas são assumidas pelo sujeito da enunciação, elas se convertem em estruturas discursivas. Já o enunciado, por sua vez, é entendido como um ato de linguagem, resultado do processo enunciativo (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 168), que frequentemente deixa traços e marcas que remetem à instância da enunciação

Como pontua Fiorin (2016, p. 31), há, “de um lado, pronomes pessoais, demonstrativos, possessivos, adjetivos e advérbios apreciativos, dêiticos espaciais e temporais [...], de outro, termos que descrevem a enunciação, enunciados e reportados no enunciado”. Tudo isso se volta para as categorias da enunciação de que fala Benveniste (1988, 1989): a pessoa, o tempo e o espaço. Nesse sentido, a sintaxe discursiva possui dois mecanismos, a *debreaagem* e a *embreaagem*, responsáveis por instaurar tais categorias no enunciado.

A debreagem, conforme Greimas e Courtés (2018, p. 111), é a “operação pela qual a instância da enunciação disjunge e projeta fora de si, no ato de linguagem e com vistas à manifestação, certos termos ligados à sua estrutura de base, para assim constituir os elementos que servem de fundação ao enunciado-discurso”. Desse modo, a debreagem pode ser actancial, temporal ou espacial. No que tange à debreagem actancial, é importante observarmos que, na gramática tradicional, as formas linguísticas *eu* e *tu* são tradicionalmente denominadas “pronomes pessoais”. No entanto, de acordo com Benveniste (1989), elas são, na verdade, formas de linguagem vazias de sentido figurativo, uma vez que não remetem a um conceito ou a um indivíduo empírico, mas às pessoas enunciativas.

Para a semiótica discursiva, *eu* e *tu* correspondem aos actantes da enunciação (enunciador e enunciatário), em conformidade com o fato de que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação” (BENVENISTE, 1989, p. 84). Em contrapartida, os pronomes referentes à “terceira pessoa” possuem uma condição diferenciada. Eles exercem, de fato, o papel gramatical que lhes dá o estatuto de pronome, já que são utilizados para substituir os nomes que estão fora da alocação. Ademais, em diferentes línguas, a terceira pessoa é empregada para ocultar a designação de uma pessoa em uma expressão impessoal, como ocorre em textos científicos, considerados objetivos.

Por essa razão, Benveniste (1989) opõe as categorias de pessoa (*eu/tu*) e não pessoa (*ele*). Enquanto *ele* pode variar em gênero (*ela*) e número (*eles/elas*), como as demais palavras do português, as pessoas *eu* e *tu* não variam em gênero e possuem formas distintas para o plural, mostrando, conforme Fiorin (2016, p. 52), que não se trata de uma simples pluralização, mas de pessoas amplificadas. No caso de *nós*, ele pode ser inclusivo: *eu + você(s)*; exclusivo: *eu + ele(s) ou ela(s)*; ou misto: *eu + você(s) + ele(s) ou ela(s)*. Assim, para a semiótica, as pessoas são actantes da enunciação, e as não pessoas, actantes do enunciado. Nessa perspectiva, a debreagem actancial divide-se em duas formas: a *enunciativa* e a *enunciva*. Para exemplificar, comparemos os seguintes enunciados:

1. Agora, estou vivendo aqui.
2. Ele vivia em seu país de origem.

No primeiro enunciado, são projetados a pessoa *eu*, o tempo *agora* e o espaço *aqui*. No segundo enunciado, são projetados a (não) pessoa *ele*, o tempo

então e o espaço *lá*.⁴ Nos dois casos, operou-se uma debreaagem que, em suma, pode ser enunciativa, quando existe a projeção de um *eu-aqui-agora*, ou *enunciativa*, quando há um *ele-lá-então*. A categoria de pessoa é hierarquizada no texto a partir de três níveis, tendo em vista que cada *eu* implica um *tu*. O primeiro nível refere-se ao enunciador, que corresponde à projeção do autor implícito no texto, e ao enunciatário, que remete ao leitor implícito. No segundo nível, encontramos as instâncias do narrador e do narratário, instauradas no enunciado pelo sujeito da enunciação. Trata-se, nesse caso, de uma debreaagem de 1º grau. Caso o narrador dê a voz a um personagem por meio do discurso direto, chegaremos ao terceiro nível, que diz respeito ao par interlocutor/interlocutário (debreaagem de 2º grau).

Destacamos que o enunciador não corresponde ao autor “de carne e osso”. Trata-se, na verdade, de sua projeção no enunciado, a qual emerge da/na leitura do texto. Conforme aponta Fiorin (2016, p. 55), o autor implícito “provém da leitura da obra toda e não das intervenções explícitas do narrador [...]. O autor e o leitor reais pertencem não ao texto, mas ao mundo”. Assim, a fim de exemplificarmos as relações hierárquicas pontuadas pela semiótica discursiva em torno da enunciação, partiremos de um trecho retirado da obra *A memória do mar*, de Khaled Hosseini (2018, s/p), inspirada na história de Alan Kurdi:⁵

Sua mãe está aqui com a gente esta noite, Marwan, nesta praia fria e enluarada, entre os bebês que choram e as mulheres que lamentam em línguas que não falamos. Afegãos, somalis, iraquianos, eritreus e sírios. Todos nós ansiosos pelo nascer do sol, todos nós com medo desse mesmo momento. Todos nós à procura de um lar. Ouvi dizer que somos indesejados. Que não somos bem-vindos. Que deveríamos levar nosso infortúnio à outra parte. Mas ouço a voz de sua mãe, por cima da maré, e ela sussurra em meu ouvido: “Ah, mas se eles pudessem ver, meu amor, só a metade do que vocês viram. Se eles simplesmente pudessem ver. Com certeza diriam coisas mais gentis”.

Nesse trecho, o enunciador corresponde ao *eu* implícito da enunciação (projeção do autor Khaled Hosseini), e o leitor (*tu*) seria o enunciatário implícito;

4 O tempo “então” refere-se a qualquer tempo que não designe diretamente o momento da enunciação. O espaço “lá” refere-se a qualquer espaço que não seja o “aqui” onde se produz a enunciação.

5 Khaled Hosseini é um romancista nascido no Afeganistão e exilado nos Estados Unidos. Já Alan Kurdi foi um imigrante sírio de três anos de idade que se afogou no Mar Mediterrâneo quando, juntamente com sua família, tentava chegar à Europa.

trata-se, pois, das imagens do autor e do leitor construídas no/pelo texto. O narrador, instaurado no texto-enunciado pelo enunciador, é quem assume o *eu* que diz: “Ouvi dizer que somos indesejados” e que se dirige a Marwan, seu narratário (embora pareça haver um outro narratário implícito a quem o narrador se dirige: aqueles que os consideram indesejáveis). Quando o narrador instalado no texto dá voz à mãe de Marwan, ele instaura um interlocutor, que fala por meio do discurso direto: “[...] ela sussurra em meu ouvido: ‘Ah, mas se eles pudessem ver, meu amor, só a metade do que vocês viram. Se eles simplesmente pudessem ver. Com certeza diriam coisas mais gentis’”. Nesse caso, o interlocutário a quem o interlocutor (mãe de Marwan) se dirige parece ser o próprio narrador, que, nessa narrativa, é também personagem. Nesse trecho, de maneira geral, instaura-se uma debreagem enunciativa (um *eu-aqui-agora*). Na primeira frase, por exemplo, o tempo *agora* é marcado pela expressão “esta noite” e o uso do verbo *estar* no presente: “Sua mãe *está* aqui com a gente *esta noite*” (grifo nosso).

Na esteira de Benveniste, o tempo, para a teoria semiótica, não se confunde com o tempo cronológico ou físico. Trata-se, fundamentalmente, de um tempo *linguístico*. Para determiná-lo, é necessário que se considere: o momento da enunciação (ME) – presente implícito; o momento de referência (MR) – presente, pretérito ou futuro; e o momento do acontecimento (MA) – se é concomitante, anterior ou posterior ao momento de referência. Em consequência, os tempos verbais definidos pela semiótica discursiva diferem em parte daqueles elencados pela gramática tradicional. Assim, da mesma maneira que a debreagem actancial se divide em enunciativa (*eultu*) e *enunciva* (*ele*), a categoria de tempo estabelece um sistema enunciativo⁶ (*agora*) e um sistema *enuncivo* (*então*), que se divide em dois subsistemas, um relativo ao MR pretérito⁷ e outro ao MR futuro.⁸

Por fim, chegamos à categoria de espaço, que também deve ser recuperada a partir da enunciação, já que não se trata do espaço físico, mas da oposição

6 Nesse sistema, o presente do MR coincide com o presente do ME. Se o MA for concomitante ao MR, teremos o tempo *presente*, que pode ser pontual, durativo ou gnômico. Se o MA for anterior ao MR, teremos o *pretérito perfeito 1* e, se for posterior, teremos o *futuro do presente*.

7 Nesse subsistema, o MR é anterior ao ME. Se o MA for concomitante ao MR, teremos o *pretérito perfeito 2* (acabado, pontual) ou o *pretérito imperfeito* (inacabado, durativo). Se o MA for anterior ao MR, teremos o *pretérito mais-que-perfeito*. Se for posterior, teremos o *futuro do pretérito simples* (imperfectivo) ou o *futuro do pretérito composto* (perfectivo).

8 No subsistema do futuro, o MR é posterior ao ME. Se o MA for concomitante ao MR, teremos o *futuro do presente*. Se for anterior, teremos o *futuro anterior* e, se for posterior, o *futuro do futuro*.

entre um *aqui* (debreagem enunciativa) e um *lá* (debreagem *enunciva*). Em relação a essa categoria, Fiorin (2016, p. 229) aponta que “no âmbito dos estudos literários, há muitas análises sobre o espaço, mas não sobre sua sintaxe (relação entre o espaço da enunciação e o do enunciado e suas projeções) e sim a respeito de sua semântica”. Com efeito, nas narrativas, de forma geral, o espaço é utilizado para a construção de uma ambientação (de ordem semântica), como ocorre no trecho do livro *A memória do mar*, citado anteriormente: “Sua mãe está aqui com a gente esta noite, Marwan, nesta praia fria e enluarada, entre os bebês que choram e as mulheres que lamentam em línguas que não falamos” (HOSSEINI, 2018, s/p). Nessa frase, há um *aqui*, que marca a debreagem enunciativa, assim como o pronome demonstrativo *nesta*. A descrição do espaço, por sua vez, serve à construção de sentido do texto como um todo.

O mecanismo de embreagem, por outro lado, ocorre quando uma dessas categorias é neutralizada no emprego de uma pela outra. Isso acontece, por exemplo, quando uma mãe diz ao filho: “você deve obedecer à sua mãe” no lugar de “você deve me obedecer”. Nesse caso, o uso de “sua mãe” no lugar da primeira pessoa destaca o papel de autoridade assumido pela mãe. Assim, esse mecanismo pode criar diferentes efeitos de sentido no discurso, como subjetividade, objetividade, distanciamento, aproximação, entre outros.

As relações entre o enunciador e o enunciatário, sobretudo as argumentativas, também devem ser investigadas pela sintaxe discursiva. Entendido como desdobramento do sujeito da enunciação, o enunciador seria o “destinador-manipulador responsável pelos valores do discurso e capaz de levar o enunciatário a crer e a fazer” (BARROS, 2005, p. 60). Assim, um “contrato” (GREIMAS; COURTÉS, 2018, p. 99) é estabelecido entre o enunciador e o enunciatário, o que determina como o segundo deve interpretar o discurso e sua “verdade”. Lembrando que, para a semiótica discursiva, como já sinalizamos, não interessa a verdade ontológica, mas a veridicção ou o dizer verdadeiro.

Segundo Fiorin (2018, p. 75), “o ato de comunicação é um complexo jogo de manipulação com vistas a fazer o enunciatário crer naquilo que se transmite”. Para tanto, o enunciador dispõe de diversos procedimentos argumentativos com vistas a levar o enunciatário a admitir como verdadeiro o sentido produzido. A argumentação é entendida por Fiorin (2018, p. 75) como o “conjunto de procedimentos linguísticos e lógicos usados pelo enunciador para convencer o enunciatário”. Em sua obra *Argumentação*, Fiorin (2017) apresenta uma série de modelos argumentativos, que vão desde os argumentos

“quase lógicos”, como a comparação e a definição, passam pelos argumentos fundamentados na estrutura da realidade, como a implicação e a causalidade, e chegam aos argumentos que fundamentam a estrutura do real, como o exemplo, a ilustração, o modelo e o antimodelo. O autor percorre diversas técnicas argumentativas, tais como o recurso aos valores, a ironia, o silêncio, argumentos que apelam ao *páthos*, o recurso ao *éthos*, entre outros. Cabe, em uma análise semiótica, identificar e examinar a maneira pela qual o enunciador faz uso de tais procedimentos.

Isso nos leva, por fim, à semântica discursiva. Nos níveis anteriores, fundamental e narrativo, tratamos de questões abstratas, cujas estruturas só chegam a ser concretizadas no nível discursivo: é nesse momento que os sujeitos e os objetos passam a ganhar nomes.

Um percurso narrativo será convertido, no nível discursivo, em percursos temáticos, que poderão ou não ser figurativizados. Mas, afinal, o que são os temas e as figuras? No contexto semiótico, figuras são as categorias que remetem a algo existente no mundo natural (ou construído como tal, como ocorre, por exemplo, em textos de ficção científica). Já os temas são categorias mais abstratas que organizam e categorizam os elementos do mundo. Assim, a tematização e a figurativização correspondem a dois níveis de concretização do sentido. Um texto que apresente como tema a riqueza (termo abstrato) poderá revesti-lo de figuras como dinheiro, joias, casas, automóveis etc. Esses dois procedimentos distinguem, então, duas classes textuais: textos predominantemente temáticos (por exemplo, textos científicos) e textos predominantemente figurativos (textos literários, históricos, entre outros). Enquanto os primeiros procuram explicar a realidade, os segundos constroem um simulacro do real, o que cria um “efeito de realidade”, isto é, os temas explicam o mundo, e as figuras o simulam (FIORIN, 2018, p. 91).

Quando os temas e as figuras são reiterados no discurso, criando um plano de leitura, dizemos que se trata de uma *isotopia*. Segundo Barros (2005, p. 71), “a isotopia assegura, graças à ideia de recorrência, a linha sintagmática do discurso e sua coerência semântica”. Há quebras temáticas ou figurativas, no entanto, que podem criar diferentes efeitos de sentido, como humor, surpresa, estranhamento etc. Resta dizer que, como postula Fiorin (2018), os temas e as figuras constituem o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia que subjaz ao discurso. Torna-se, pois, relevante apreendê-los e examiná-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indivíduos deslocados têm sido usualmente representados por órgãos políticos e midiáticos, que falam por ou sobre eles. Assim, o olhar da população sobre tais sujeitos é direcionado por discursos institucionais, que propiciam a perpetuação de estereótipos e representações que orientam o modo de pensar e agir da sociedade. Sabe-se que os discursos mobilizados em torno do processo de migração influenciam não só as representações moduladas pela sociedade, mas também as políticas migratórias, que têm se tornado cada vez mais restritivas, sendo sustentadas, via de regra, por discursos de cunho xenófobo e nacionalista.

Diante disso, faz-se necessária uma leitura atenta acerca dos textos que abordam a temática da migração e dos migrantes. Assim, a partir das análises dos textos elencados, este artigo buscou oferecer elementos que demonstram o fato de que a semiótica discursiva constitui uma teoria que pode ser aplicada e se mostrar valiosa para a interpretação de diferentes objetos textuais. Conforme pontuam Lara e Matte (2009, p. 343-344),

[...] trata-se [...] de uma teoria linguística com grande poder interdisciplinar, que permite análises textuais nos mais diversos campos do conhecimento que dela podem valer-se para resolver problemas relativos à construção do sentido em diferentes objetos.

Essa teoria, que se estende para outros domínios além da linguística, mostra-se, portanto, como um importante instrumento quando buscamos interrogar o estatuto social e científico dos diversos textos/discursos que circulam em nossa sociedade.

Discursive semiotics and contemporary migrations: applications of the theory in different types of text

Abstract

This paper intends to present, in a brief and accessible way, an introduction to semiotic theory and its applications from the analysis of texts related to the theme of contemporary migrations, considering the relevance of this phenomenon

that has been gaining more and more space in the discursive field. Overall, the productivity of semiotic theory for reading and interpreting different texts is observed.

Keywords

Discursive semiotics. Teaching. Contemporary migrations.

REFERÊNCIAS

- BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2005.
- BENVENISTE, É. A subjetividade da linguagem. In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: Edusc, 2003.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- FONTANILLE, J. *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2019.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse, 1966.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. São Paulo: Edusp, 2014.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2018.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- HJELMSLEV, L. *Prolégomènes à une théorie du langage: la structure fondamentale du langage*. Paris: Minuit, 1968.
- HOSSEINI, K. *A memória do mar*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2018.
- LARA, G. M. P. *Semiótica discursiva: questões teóricas e metodológicas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2012. (Coleção Proleitura).

LARA, G. M. P.; MATTE, A. C. F. Um panorama da semiótica greimasiana. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 53, n. 2, p. 339-350, 2009.

PROPP, V. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1969.